

Brasília-DF, 20 de outubro de 2025

CNTI marca presença no Fórum Interconselhos em preparação para a COP30



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) esteve representada na quinta-feira (16) e na sexta-feira (17) por seu presidente, José Reginaldo, e por diretores da entidade durante a reunião do Fórum Interconselhos – Contribuições para a COP30. Estiveram presentes: a Secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, Idoso e Juventude, Sônia Zerino; o Secretário de Educação, Eduardo Annunziato (Chicão); e o Representante Profissional e Internacional, Eduardo Armound.



O encontro teve como foco a discussão das ações e contribuições da sociedade civil para a Agenda de Ação da COP30, que será realizada em Belém. A participação da CNTI reforça o compromisso da entidade com debates estratégicos sobre desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono.

Os eixos temáticos debatidos foram centrados em: **Transição nos setores de energia, indústria e transporte; Gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidades; Transformação da Agricultura e sistemas alimentares; Construção**

de resiliência em cidades, infraestrutura e água; Promoção do desenvolvimento humano e social e Catalisadores e aceleradores, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação.

Pejotização: o retrocesso que ameaça os direitos dos trabalhadores



O STF está prestes a julgar, com repercussão geral, o Tema 1389, que trata da prestação de serviços por meio de pessoa jurídica, conhecido como pejotização. Duas questões fundamentais precisam ser levadas em conta nesse julgamento. A primeira refere-se ao trabalhador submetido a jornada de trabalho e subordinado ao poder diretivo e disciplinar da empresa. Esse não pode ser pejotizado, como infelizmente vem ocorrendo na prática, com o aval do próprio STF. São exemplos disso gerentes de banco, de supermercados, vendedores de lojas e, pasmem, até garis.

Reconhecer a validade do contrato de pejotização nesses casos é destruir o Direito do Trabalho no país. Isso, ao contrário do que afirma o Ministro Gilmar Mendes, não tem nada de moderno. Pelo contrário, representa um retrocesso de mais de 100 anos na relação entre capital e trabalho.

Era assim no início da Revolução Industrial. No Brasil, até o começo do século XX, os trabalhadores não tinham direito a salário mínimo, jornada limitada, descanso semanal, férias ou aposentadoria. Esses direitos foram conquistados com muita luta. O que o STF está prestes a julgar ameaça retirar tais conquistas, com graves repercussões para a ordem econômica e social, inclusive reduzindo a arrecadação tributária do governo federal, comprometendo o pagamento de benefícios previdenciários — inclusive aposentadorias — e políticas públicas como saneamento e moradia, custeadas com recursos do FGTS.

Brasília-DF, 20 de outubro de 2025

A pejetização retira recursos não apenas do regime geral da Previdência Social, mas de todo o Sistema de Seguridade Social, inclusive o custeio do Sistema Único de Saúde e de milhões de benefícios assistenciais (LOAS). O resultado será o aumento da pobreza e da desigualdade social no país.

Mais do que prejudicar os trabalhadores, a pejetização também compromete as próprias empresas. Milhões de planos de saúde deixarão de ser custeados, o setor de saúde suplementar será duramente atingido, e bilhões de reais deixarão de circular na economia com a supressão do 13º salário e a perda dos recursos do FGTS. Isso sufocará o consumo, paralisará investimentos e reduzirá a arrecadação tributária.

A adoção indiscriminada da pejetização resultará em recessão econômica, aumento do desemprego e enfraquecimento da rede de proteção social. Os prejuízos atingirão não apenas os trabalhadores, mas toda a sociedade. Os efeitos serão devastadores e de difícil reversão.

Diante disso, é hora de união e mobilização! As entidades representativas da sociedade civil — sindicatos de trabalhadores, associações, movimentos sociais, entidades religiosas e a advocacia trabalhista — precisam pressionar o STF, especialmente o Ministro Gilmar Mendes, relator do Tema 1389, para que o processo seja pautado o quanto antes. A demora injustificada pode tornar irreversível a pejetização no país.

Os trabalhadores brasileiros já provaram, ao longo da história, que nenhum direito é concedido de graça: todos são fruto de luta. É hora de se unir novamente para impedir que o país retroceda mais de um século.

Christovam Ramos Pinto Neto

Advogado

Entre a blindagem e o povo – Marcos Verlainé

A decisão da Câmara dos Deputados, presidida por Hugo Motta (Republicanos-PB), de contratar a Fundação Getúlio Vargas por R\$ 5 milhões com o objetivo declarado de “melhorar a imagem da Casa”, expõe grave contradição que tem sido marca da política brasileira: a distância entre as prioridades do Parlamento e as necessidades concretas da sociedade.

A distância dos representados pelos representantes,

que está longe da realidade das demandas mais sentidas do povo.

O problema não está apenas no gasto em si, mas no que este simboliza.

Essa escolha reflete a tentativa de resolver, com verniz técnico e marketing institucional, uma crise que é essencialmente ética e política. É como se a Câmara buscase operação de cosmética pública para encobrir feridas profundas de representatividade e compromissos social e político.

Diagnósticos contratados – A imagem de uma instituição democrática não se repara com diagnósticos contratados nem com campanhas de reputação. Essa se reconstrói com ação política consequente, transparência, ética pública e escuta social.

O povo brasileiro não desconfia da Câmara porque desconhece as funções da instituição — desconfia porque sente na pele o descompasso e o desconforto entre o que ali se discute e o que se vive fora dos espaços de poder no Congresso — Câmara e Senado.

Enquanto o Parlamento investe milhões para tentar reverter a má percepção de si, o País mergulha em problemas muito mais urgentes: a violência urbana crescente, que mata milhares de jovens e mulheres todos os anos; o desemprego estrutural, que mantém milhões na informalidade; a falta de moradia, que condena famílias inteiras à ocupações precárias; a crise da educação pública, que inviabiliza o futuro de gerações; a desindustrialização, que corrói empregos e renda; e o abandono das políticas culturais e de lazer, fundamentais para a cidadania e a convivência democrática.

Estas são as questões que deveriam mobilizar o Parlamento — e não o medo da impopularidade ou o desejo de autopreservação diante de desgastes institucionais.

“Casa do Povo” – A Câmara dos Deputados é, constitucionalmente, a “Casa do Povo”. Mas, para que essa definição não seja apenas retórica, é preciso que os representantes voltem os olhos para a vida real: o salário que não dá até o fim do mês, a violência que ameaça à integridade das mulheres, a escola que falta no bairro, o hospital que não atende, o transporte que não chega, o lazer que desaparece.

Um Legislativo digno desse nome deveria ser o primeiro a enfrentar as causas da desigualdade, a combater privilégios e a garantir que o desenvolvimento alcance todos, não apenas os grupos econômicos e políticos que orbitam o poder.



Brasília-DF, 20 de outubro de 2025

O desafio de “melhorar a imagem” da Câmara passa, portanto, por escolha de fundo: ou o Parlamento assume o compromisso de representar o interesse público com coerência e coragem, ou continuará refém da própria bolha. Nenhuma consultoria, por mais renomada que seja, pode mascarar a ausência de compromisso com o País real.

Abrir as portas da Câmara – Mais eficaz do que qualquer diagnóstico técnico seria o gesto simbólico e político de abrir as portas da Câmara para o Brasil profundo — para ouvir trabalhadores, mulheres, jovens, artistas, educadores e comunidades que sobrevivem à margem das decisões oficiais.

A democracia não se fortalece com estratégias de marketing, mas com participação social, políticas públicas consistentes e respeito à cidadania.

Em tempos de descrença generalizada nas instituições, a Câmara deveria entender que a confiança não se compra — se conquista.

E essa conquista só será possível quando a maioria dos seus integrantes se dedicarem, de fato, às causas que afetam a vida de quem trabalha, produz e sustenta o País.

Enquanto isso não ocorrer, os milhões gastos em consultorias e planos de imagem servirão apenas como metáfora do vazio: muito brilho, pouca substância.

É como diria o velho e bom pensador alemão Karl Marx: “Se aparência fosse igual a essência, não precisava de ciência”.

Marcos Verlaine. *Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap.*

Fonte: Agência Sindical

Isenção do IR até R\$ 5 mil é 1º passo para justiça tributária, aponta debate



A aprovação da isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês será o primeiro passo em direção à justiça tributária no país.

Essa foi a manifestação de trabalhadores de vários setores da economia e senadores que participaram de audiência pública na quinta-feira (16) sobre o projeto de lei que institui a isenção (PL 1.087/2025).

Durante o debate promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), representantes de sindicatos e categorias profissionais destacaram que a medida proposta pelo governo federal vai beneficiar diretamente 15,5 milhões de pessoas, além de estimular a economia do país. A audiência pública foi coordenada pelo presidente da CAE e relator do projeto, senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Renan criticou a demora da aprovação do texto na Câmara dos Deputados e disse ser “inacreditável” que um projeto que beneficia cerca de 90% da população brasileira tenha se tornado, segundo ele, um “instrumento de chantagem” para votar outras matérias, como a PEC do Mandato Parlamentar (PEC 3/2021) e a anistia aos acusados pelos ataques do 8 de Janeiro de 2023. O senador defendeu a aprovação rápida do PL 1.087/2025 no Senado:

— Esse projeto terá uma tramitação célere no Senado Federal e aqui nós não teremos lobistas influenciando na tramitação da matéria. Aqui no Senado nós não vamos permitir que o projeto seja utilizado para pautar outras matérias que não são do interesse da sociedade, como blindagem, anistia, seja lá o que for.

O relator informou ainda que pretende manter no texto um dispositivo que promova a correção da tabela do IR automaticamente, todos os anos.

Líder do governo no Senado, o senador Jaques Wagner (PT-BA) afirmou que a correção da tabela do IR é apenas um passo de uma longa caminhada. Ele defendeu um trabalho efetivo, em várias frentes, para que o Brasil consiga avançar na redução das desigualdades de renda, social e regional.

— Estamos começando a corrigir uma injustiça histórica. O Brasil precisa interiorizar que nós, infelizmente, apesar de sermos a nona economia do mundo, estamos entre os piores países do ponto de vista da desigualdade social.

Wagner ressaltou ainda que a isenção para quem ganha menos será compensada pela tributação de apenas 141 mil brasileiros da faixa mais alta de renda, ou 0,1% da população brasileira.

Matéria completa:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/16/isencao-do-ir-ate-r-5-mil-e-1o-passo-para-justica-tributaria-aponta-debate>

Fonte: Agência Senado



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET



Brasília-DF, 20 de outubro de 2025

Número de trabalhadores por aplicativo cresce 25% e chega a 1,7 milhão

Transporte de passageiros concentra 58% dessas pessoas



© Tânia Rêgo / Agência Brasil

O número de pessoas que trabalham por meio de aplicativos cresceu 25,4% em 2024, na comparação com 2022. Nesse intervalo, o contingente de trabalhadores nessa condição passou de 1,3 milhão para quase 1,7 milhão. São 335 mil pessoas a mais.

Nesse período, houve também aumento de participação desses trabalhadores no universo da população ocupada – pessoas com 14 anos ou mais de idade que trabalham.

Em 2022, os trabalhadores por meio de aplicativos eram 1,5% dos 85,6 milhões de ocupados, proporção que alcançou 1,9% dos 88,5 milhões de ocupados em 2024.

Os dados fazem parte do módulo sobre trabalho por meio de plataformas digitais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgado nesta sexta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o analista responsável pela pesquisa, Gustavo Fontes, explicações para esse aumento podem passar pelo fato de esses trabalhadores conseguirem mais renda; além da flexibilidade que a modalidade permite.

“Essa possibilidade de a pessoa escolher os dias em que vai trabalhar, a jornada de trabalho, o local de trabalho, isso também pode ser um fator”, diz.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-10/numero-de-trabalhadores-por-aplicativo-cresce-25-e-chega-17-milhao>

Fonte: Agência Brasil

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI

FILIADA À
NCST
NOVA CENTRAL

CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Mês de Conscientização e Prevenção ao Câncer de Mama

EI MULHER,
PREVINA-SE!
FACA O AUTOEXAME.

*Onde existe cuidado,
a vida floresce.*

Cuide de sua saúde, conheça o seu corpo e esteja atenta a qualquer alteração. Pequenos cuidados podem salvar vidas.

2025
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI



**Contra a
legitimação da
fraude da
“pejotização” no
julgamento do
Tema 1389 no
STF**

Assine este abaixo-assinado:

<https://www.change.org/p/contr-a-legitima%C3%A7%C3%A3o-da-fraude-da-pejotiza%C3%A7%C3%A3o-no-julgamento-do-tema-1389-no-stf>